

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE
DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, DR. JAIME GAMA,
NO ENCERRAMENTO DO *COLÓQUIO COMEMORATIVO*
DO BICENTENÁRIO DO NASCIMENTO
*DO DUQUE DE ÁVILA E BOLAMA**

Para mim foi uma grande honra aceitar o convite do Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores e do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Horta para poder participar no encerramento deste colóquio.

Devo confessar que no início da minha vida tinha aquela visão simplificada que todos tínhamos sobre o Duque de Ávila e Bolama, que, aliás, merecia apenas duas ou três linhas nos dicionários da História de Portugal e que estava indelevelmente marcada pela contextualização do encerramento das conferências do Casino, das diatribes da Geração de 70, do discurso-manifesto de Antero de Quental e também da satirização parcelar, não completa mas efectiva, do Conde de Abranhos, de Eça Queirós. E devo àquilo que tem sido a recuperação historiográfica, muito apoiada na cidade da Horta e no seu dinamismo, muito apoiada também na acção das universidades, do apoio da própria Assembleia da República, aqui referindo os meus antecessores, em relação à pesquisa história e a este trabalho, à biografia, do Prof. José Miguel Sardica, do Duque de Ávila e Bolama, que realizou uma verdadeira desolcul-tação da dimensão humana, histórica, política, social e cultural da figura desse grande político do século XIX, um político ligado à cidade da Horta, pelo seu nascimento, pelas suas raízes, pelo início da sua carreira.

O Duque de Ávila e Bolama nasceu em 1807. Não há coincidências astrais, mas é interessante porque 1807 é o ano da primeira invasão francesa a Portugal e o ano que marca toda a turbulência política que vem a caracterizar

* Recolha da intervenção proferida no Colóquio *Comemorativo do Bicentenário do Nascimento do Duque de Ávila e Bolama* realizado na cidade da Horta no dia 9 de Março de 2007, organizado pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores com a coordenação científica do Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e o apoio do Núcleo Cultural da Horta.

em Portugal o século XIX: o advento do liberalismo, a ida da corte portuguesa para o Brasil, o regresso de D. João VI e de D. Pedro IV, as sucessivas adaptações do sistema político nacional a essas vagas exteriores que assolaram a Europa, o mundo e, necessariamente também, se fizeram sentir de forma muito dramática sobre o nosso país.

O nascimento do Duque de Ávila arranca com esses acontecimentos verdadeiramente históricos para toda a época que se seguiu.

O que é que liga o Duque de Ávila ao Faial?

O Duque de Ávila nasceu no Faial, fez os seus primeiros estudos no Faial e é muito interessante verificar como a educação que recebe na Horta é já uma educação que o predispõe para a época que se vai seguir.

A Horta era na altura uma vila também em disputa do ponto de vista político, com grande controvérsia, com grande dinamismo, aliás, extremamente bem retratado por Marcelino Lima na «Loucura do Ideal», uma forma muito viva de transcrever a história, e o Duque de Ávila nasce nesse contexto.

Não se pode dizer que o Duque de Ávila seja o homem que introduziu o liberalismo em Portugal, mas ele é, porventura, uma das expressões mais condensadas daquilo que foi, e viria a ser, a realização do liberalismo em Portugal. Ele não vai à frente, mas acompanha, integra-se, executa, desenvolve, trabalha todo esse período de uma forma extremamente persistente, rica e original e ele é aquele que, porventura, em todo esse período, mais pode chegar ao fim, enquanto que outros, digamos, desistiram, morreram, foram mortos ou desapareceram.

Ele é aquele que consegue chegar ao fim, perpassando todas as épocas, todos os períodos e podendo, digamos, no final da sua carreira, apresentar uma totalidade de resultados que nessa altura eram condensados em mandatos parlamentares sucessivos, aliás, a maioria dos quais não pela Horta, mas por outros círculos eleitorais, ou em representações e missões diplomáticas, em passagens pelo Governo em áreas privilegiadas: finanças, negócios estrangeiros, justiça, três vezes Primeiro-Ministro, longuíssima carreira parlamentar na Câmara dos Deputados, também uma longa carreira parlamentar na Câmara dos Pares, de que foi presidente durante 9 anos, mais de duas mil intervenções parlamentares.

No actual edifício da Assembleia da República, um antigo mosteiro nacionalizado pelo liberalismo, onde foram instaladas as Cortes, ainda hoje presido a uma reunião da Conferência de Líderes na sala D. Maria II e tenho sempre à

minha esquerda um retrato do Duque de Ávila, porque na sala de D. Maria II estão os retratos dos antigos presidentes da Câmara dos Pares. Sempre que presido a uma reunião na sala do Senado, antiga Câmara dos Pares, tenho à minha direita, o segundo a contar da direita, o busto do Duque de Ávila. Ele está presente nos nossos afazeres parlamentares dos dias de hoje.

Mas aquilo que também descobri pela leitura é que o Duque de Ávila realizou o prodígio de residir no Palácio de São Bento, enquanto deputado, porque, havendo celas de frades disponíveis, a administração do Parlamento no século XIX disponibilizava uma parte dessas celas para residência dos parlamentares que não seriam de Lisboa.

Portanto, o Duque de Ávila, instalado no Palácio de São Bento, estava verdadeiramente colocado no centro da vida política. Isso talvez lhe tenha merecido até o epíteto de «mestre de cerimónias do Palácio de São Bento», querendo com isso dizer «o residente do Palácio de São Bento que tivesse funções protocolares», nas mudanças governativas. Daí aquela circunstância, também descrita pelo Prof. José Miguel Sardica, de que ele esteve sempre em várias coligações e mutações políticas ao longo do século XIX e isso permitia-lhe funcionar como charneira ministerial nas várias composições políticas ou moderando alguns governos mais conservadores no sentido do centro, ou sendo a componente essencial do centro ou centro-direita para aplacar alguns dos governos mais radicais que precisavam dessa caução para se legitimar no espectro político.

O Duque de Ávila é verdadeiramente um personagem insubstituível nessa época, uma época em que também se podia ser parlamentar à tarde, e de manhã Administrador da Companhia das Lezírias, do Crédito Predial, do Crédito Hipotecário ou até da Companhia que administrou o canal de Suez, o que já demonstrava uma grande internacionalização nessa dimensão portuguesa de articulação com os negócios internacionais.

A intervenção do Duque de Ávila e Bolama (aliás, o que lhe faz granjear o título a propósito da disputa da Ilha de Bolama) é um caso muito marcante da diplomacia portuguesa, de afirmação de direitos na África Ocidental, porque, na verdade, a disputa do Império Inglês que tinha chegado atrasado à África Ocidental e que se procura fixar e inserir nesse contexto, quer através da Serra Leoa, quer através da Gambia, em competição com a emergência da África Ocidental Francesa, tem, na disputa da Ilha de Bolama, uma dimensão absolutamente essencial, porque a Ilha de Bolama praticamente esteve ocupada por comerciantes ingleses e há uma grande acção da parte de Portugal no sentido

de afirmar o controlo de Portugal em relação à Ilha de Bolama, que era obviamente um elemento essencial para a fixação dos interesses portugueses nessa zona, já de si flagelados pelo Senegal e pela Guiné francesa, e que encontravam agora também no peso inglês, através da Ilha de Bolama, uma pressão adicional para erosionar a presença portuguesa na área da Guiné.

Essa disputa diplomática marca, na verdade, um trunfo muito importante para a defesa de posições portuguesas em toda essa zona.

O facto do Duque de Ávila e Bolama ter uma origem faialense é não só um motivo de grande projecção para o Faial como teve, no contexto do liberalismo, uma dimensão extremamente importante para esta ilha, porque, em primeiro lugar, é através do Duque de Ávila, então jovem político, primeiro Presidente da Junta de Freguesia da Matriz (se podemos considerar esse cargo como tal) depois da Câmara Municipal da Horta e sub-perfeito, que a independência administrativa do distrito da Horta se consolida.

O Duque de Ávila é não só o primeiro Presidente da Câmara Municipal da Horta, mas é também quem consolida a sua elevação a cidade e é quem dá força à existência de um distrito da Horta, visto que o modelo de organização dos Açores herda um modelo pombalino até ao início do período liberal, e o período liberal, por efeito da sua inserção no arquipélago, também opera uma recomposição do sistema de poderes no Arquipélago dos Açores.

É, simultaneamente, nesta área de ilhas, realizada uma descentralização em relação a Angra e uma centralização do Pico, Flores e Corvo sobre o Faial e a Horta, um movimento, aliás, acompanhado pelo surto e pela emergência da Horta como porto com grande capacidade, fazendo bem valer a sua localização a ocidente e também beneficiando daquilo que na época podíamos considerar uma deslocalização política e da economia avançada de serviços da família Dabney para o porto da Horta, um movimento de captar a ocidente o tráfego marítimo e toda a mais valia resultante dessa posição geográfica.

O Duque de Ávila, ao fazer depois uma carreira política em Lisboa, reforça sempre essa valência do distrito da Horta. Não sei, aliás, se é aí que reside a origem de uma particular filosofia faialense sobre a organização do espaço geo-político dos Açores, que a leva sempre a reear qualquer espécie de centralização no arquipélago, seja ela a mais longínqua e mais fortemente carregada de sentido liderante económico (S. Miguel), seja a mais próxima, mais carregada também de sentido liderante político-administrativo (Terceira), privilegiando assim a sua liberdade no comércio dos mares e, por outro lado, a sua articulação privilegiada e directa com Lisboa.

O Duque de Ávila é bem um símbolo dessa inserção da Horta e do Faial no sistema político nacional da época, com evidentes vantagens para o progresso de toda esta zona dos Açores.

Quando nos Açores falamos em grandes figuras não podemos obviamente deixar de colocar o Duque de Ávila num lugar cimeiro.

Nós podemos até dizer que a Ilha de São Miguel tem Antero de Quental, inimigo de Ávila e vice-versa, tem Teófilo de Braga, tem Hintze Ribeiro, que este ano comemoraremos devidamente, com uma biografia e um estudo adequados. Hintze é, outra figura também um pouco ocultada na historiografia contemporânea.

A Terceira tem Vitorino Nemésio e a Horta tem, indiscutivelmente, Manuel de Arriaga e o Duque de Ávila e Bolama, e a projecção que é feita através dos estudos, das celebrações, tem o mérito de fazer também revelar às gerações presentes a importância do seu passado histórico, factor também extremamente digno de elogio, o que tem sido feito através da publicação de estudos, da realização de trabalhos, aliás, em excelente conjunção de investigadores locais, investigadores da Universidade dos Açores, investigadores nas várias Universidades portuguesas que, através dos seus docentes de história do século XIX, de história contemporânea, têm produzido um trabalho notável para revelar todos estes anos, os trazer a público e os tornar também lidos, compreendidos e assimilados pelas gerações presentes.

O Duque de Ávila e Bolama é bem o exemplo da construção de uma carreira política. Não estamos perante um político de uma causa, mas estamos seguramente perante a construção metódica de uma carreira, com planeamento, porventura baseado na astúcia, com perseverança, com convicção. Essa é também uma das qualificações essenciais de um político e nesse sentido o Duque de Ávila é um político por substância.

O que é que caracteriza um político?

A duração.

O que é que caracteriza o essencial da luta e da disputa política?

«Me voici, j'arrive. J'y suis, j'y reste!» – dizia um autor francês.

Portanto, o Duque de Ávila é bem o exemplo do que é a consolidação de um espaço, de uma carreira política.

Depois, com os grandes sinais exteriores de consolidação do poder, em uso na época (uma época que aboliu a monarquia absoluta), recuperou rapidamente um conjunto de sinais de consolidação do poder que nós vemos, no caso de

Ávila, que não era um militar, não tinha feito a sua carreira no liberalismo através da qualificação militar, como o Conde de Vila Flor, Sá da Bandeira, ou outros, mas era alguém que se constitui no cerne da elite civil do liberalismo e que, conseqüentemente, também rapidamente incorpora uma simbologia da farda civil, da condecoração civil, do aparato civil, da colecção de títulos, menções, condecorações, desempenhos de cargos que constituíam, à época, uma época de mudança, uma época de competição, também um apanágio visível do poder político.

Podemos perguntar: qual é a obra do Duque de Ávila? Deixou um livro?

Não. O Duque de Ávila não era um panfletário, mas isso não quer dizer que ele não tenha tido uma vitalidade como governante, que não tenha dedicado à governação um cuidado extremo. Aliás, penso que a circunstância de ele ter sempre feito cadeiras suplementares de matemática na sua formação académica, formação que era algo humanística, depois lhe foi de enorme valia para o desempenho funções governativas, complementando, porventura, a sua carência doutrinal, abstracta, num conhecimento mais rigoroso de certas ciências auxiliares que muito o valorizavam perante os concorrentes do tempo. A circunstância de ele dominar a ciência estatística, de ter atribuído uma grande importância a um problema que, porventura ainda hoje não resolvemos de forma completa no nosso país, que era o cadastro, o inventário da propriedade rústica e urbana, como forma de organizar os procedimentos sucessórios, como forma de consolidar de maneira mais qualificada o próprio exercício da acção tributária, ou seja, uma questão absolutamente central, num período em que, com a desamortização e alienação dos bens das ordens religiosas ou das famílias tradicionais, a questão da propriedade e da mobilidade da propriedade, para ser regulada de forma adequada, carecia da parte do Estado de um inventário mais completo, mais estabilizador, mais rigoroso.

O Duque de Ávila porventura herdou – e isso foi-lhe útil ao longo da vida – a educação da sua cidade natal.

No Faial, até as pedras da calçada são constitucionais, dito da época, nesse período em que D. Pedro, passou ao largo da Ilha do Faial, para dizer «às armas, às armas, que o Conde de Vila Flor já está no Pico», isto para fomentar, através de uma fragata inglesa, um certo apelo à sua causa; depois para dar alento à formação do Corpo de Voluntários da Rainha, para consolidar os golpes palacianos na guarnição militar que a levaram à adesão à causa liberal e, com nostalgia, nas festas na cidade da Horta, e no deslumbramento que também a sua própria corte sentiu nos salões desta cidade.

Consolidar não só o recrutamento militar, como a sua rectaguarda política – daí o papel do Duque de Ávila ao ficar no Faial, porque não desguarnecer os Açores no desembarque no Mindelo, e não permitir que nos Açores houvesse uma reviravolta miguelista, tinha grande importância para essa operação de expedição – para a expedição liberal era uma mais valia nítida na cidade da Horta, porque era criar a possibilidade de melhorar o seu equipamento naval, artilharia e robustez das embarcações.

Portanto, era, através do chamado arsenal da Horta, dar à expedição uma componente forte no domínio naval – a Horta sempre ligada à sua componente marítima e naval.

O jovem Ávila, se é certo que não era um panegirista da causa liberal nesse momento, a verdade é que também não era um miguelista. Portanto, isso representa uma opção extremamente importante, que lhe possibilita opções futuras.

Ele até nunca teve no liberalismo a função de reunificar os miguelistas com os liberais. Esse papel era mais a vocação do Duque de Palmela. Ele preocupava-se mais com a estabilidade da família liberal nas suas várias componentes, o que é também uma plataforma diferente e muito interessante do seu trabalho político, mas nós não podemos dissociar a figura do Duque de Ávila do estado da cidade em que ele nasceu e viveu, porque, para gerar uma figura como o Duque de Ávila, é preciso que a Vila da Horta não seja também uma paragem longínqua onde nenhuma cultura ou nenhuma educação existe.

A Vila da Horta, à época, tinha uma grande vivacidade até na educação dos seus conventos, que aliás tinham sobre a questão miguelista ou liberal, posições repartidas, extremamente competitivas, interessantes, de grande disputa. A sua ligação marítima, a passagem de D. Pedro IV, a educação e a formação em Coimbra, em que o Duque de Ávila, ao escolher filosofia moral e racional, sempre também naquela sua opção eterna pela medicina e com base na matemática, revelava já a preparação de uma carreira com solidez, e depois o desempenho de funções políticas electivas e a carreira que arranca na Horta e que depois o transforma numa grande figura nacional.

Penso que o Duque de Ávila é o que está por detrás da grande consideração de D. Pedro IV em relação a esta ilha, quando disse ou mandou dizer por Mouzinho da Silveira que os faialenses «eram dignos de servir de exemplo e de serem propostos para modelo dos habitantes de todas as ilhas dos Açores, com o patriotismo, prontidão e entusiasmo com que se têm prestado a pegar em armas para defender a sagrada causa da legítima liberdade constitucional».

O Duque de Ávila está seguramente na mente de D. Pedro IV quando se referiu à ilha onde nasceu e à cidade que o viu iniciar um dos trajectos mais fulgurantes, mais estimulantes, e agora também o podemos dizer, ainda mais bem estudados com os recentes trabalhos da historiografia portuguesa.

Eu estou certo que o Faial e a Horta, nesta linha de comemoração dos seus antepassados ilustres, não deixarão também de prestar atenção, em 2010, quando celebrarmos o 1.º Centenário da proclamação da República, a um outro ilustre faialense, Manuel Goulart de Medeiros, que foi Ministro da Instrução e Presidente do Senado, na República, em 1913, nesta linha de destino da Horta de presidir à Câmara dos Pares e ao Senado em Portugal.